Eu ouvi um deputado dizer aqui que só vai ser candidato a prefeito ou a governador se for amigo do Supremo Tribunal Federal. Não vou citar o nome do deputado, para ele não me pedir um aparte. É um dos problemas que estamos enfrentando.

O presidente interino Michel Temer, um dos grandes conspiradores do golpe, o escorpião, vem a público e diz o seguinte: "nós não cortaremos nenhum programa social. não vamos cortar nada, nem o "Bolsa Família". Vamos fazer recadastramento.

Então, já começa uma grande artimanha, porque ele fala uma coisa para a imprensa e a ação é outra. Ele editou uma portaria, publicada no último dia 13, que revoga as portarias 173 e 180, de 10 de maio de 2016. Parte do Programa Minha Casa Minha Vida, que já estava contratado para 23 mil moradias, está suspenso. Estão alegando que é remanejamento de recursos. Por último, ele também baixou um decreto que suspende a terceira fase do Programa Minha Casa Minha Vida, fase esta destinada a famílias que ganham acima de R$ 1.800,00 até R$ 2.600,00.

Quatro centrais sindicais foram falar com esse mesmo presidente antes do golpe. Elas foram ontem lá para tentar dizer que estavam defendendo o direito dos trabalhadores. As principais reformas, vinculadas agora juntamente com a Fazenda, são exatamente as reformas trabalhista, da previdência e a desvinculação das verbas obrigatórias do orçamento. Aliás, o ministro do Planejamento já anunciou que vai cortar 35 bilhões na área da Saúde. Mais uma vez, a Fiesp não vai pagar o pato.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Nobre deputado Teonilio Barba, está encerrado o tempo de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Sr. Presidente, vou ceder metade do meu tempo ao nobre deputado Teonilio Barba e a outra metade ao nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, deputado Marcos Martins.

Quero chamar a atenção dos meus amigos sindicalistas, aqueles que disseram que foram lá antes conversar com o Michel Temer para tentar garantir o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Chamo a atenção dos meus amigos sindicalistas dos servidores públicos.

Hoje aconteceu uma audiência pública, chamada pelo deputado Carlos Giannazi, que tratou exatamente de uma das pérolas de um dos ministros do governo Dilma. Trata-se do PLP 257/16, que visa atacar o direito do funcionalismo público estadual para tentar renegociar a dívida dos estados, com a redução da parcela da dívida em 40 por cento. Quem vai pagar a conta, mais uma vez, são os trabalhadores e trabalhadoras.

Aliás, a campanha da Fiesp e da CNI foi muito bem organizada. Há deputados ligados à Fiesp, à CNI, aos usineiros. Não tenham problema com isso. A democracia é isso, é uma disputa de correlação de forças. Os interesses da sociedade são disputados assim mesmo. Não precisam ter vergonha disso. Digam que são e façam esse debate.

Mais uma vez, quem vai pagar a conta serão os trabalhadores e trabalhadores.

Sr. Presidente, V. Exa. se lembra de quando eu disse que esta Casa deveria apresentar uma proposta para discutir a CPMF. Todos aqui foram contrários, mas agora já começou. Fernando Henrique Cardoso já disse que vai ter aumento da carga tributária, e ele é especialista nisso. Ele sabe como fazer isso. Vocês que querem aumentar tributos ouçam bem o presidente Fernando Henrique Cardoso porque ele é bom nisso. Aliás, ele é o responsável por elevar a carga tributária de 22% para 27%, e de 27% para 39% no segundo mandato. Ele sabe fazer. Agora já começa também a articulação da grande mídia, gêmea siamesa daqueles que privilegiam - como a bancada do PSDB aqui, com raras exceções - o capital financeiro nacional e internacional, que privilegiam os empresários nacionais e internacionais em detrimento da classe trabalhadora, dos trabalhadores, do povo de Guarulhos, dos 17 mil votos que ouvi V. Exa. falar que teve lá em Guarulhos, uma região sofrida, mais de um milhão de habitantes, diretor de duas universidades, que tem essa disposição de fazer esse debate.

Mas não vimos aqui a bancada do PSDB. Essa bancada não sobe aqui para falar por que não conseguiu realizar a segunda sessão na semana passada. Faltaram dois votos para a segunda extraordinária. Vossas Excelências da base aliada têm que explicar por que não deu quorum aqui, semana passada, em duas extras para discutir o Projeto de lei nº 123. Vossas Excelências é que têm que explicar para a sociedade. Vossas Excelências podem nos derrotar em Guarulhos, mas vão ter que explicar para o povo de Guarulhos. Aliás, há mais deputados de Guarulhos aqui que poderiam se manifestar e que são da base aliada do governo. Subam e digam, porque se eu fosse aliado do governo, iria subir aqui e defender a posição do governo. A democracia é construída por embates políticos, enfrentamentos políticos, na coragem, na inteligência dos deputados e deputadas. Vou provocar as mulheres. Aliás, há pouca representação no Parlamento brasileiro, desde as Câmaras Municipais até esta Casa, que beira a 10 por cento.

É esse o debate que queremos fazer. É isso que estamos discutindo. Precisamos que a verdade seja dita de maneira nua e crua. Em momento nenhum, deputado Campos Machado, foi o PT que impediu essa votação. Não estamos abrindo mão de fazer o debate. Já disse aqui, numa primeira vez que debatemos o empréstimo, que somos favoráveis, mas existe certo deputado que diz que a linha do Metrô não vai para determinada região porque a bancada do PT não deixa. Que tal projeto vai para tal lugar porque a bancada do PT não deixa.

Quero esclarecer vocês que estão em casa que o PT aqui só tem 14 deputados, 11 deputados e 03 deputadas guerreiras: companheiras Marcia Lia, Beth Sahão e Ana do Carmo. Na oposição, temos mais os deputados do PSOL e a companheira Leci, do PCdoB. São 17 contra 77 deputados! A mesma manobra foi usada na CPI. Só assinaram a CPI quando a sociedade civil organizada começou a pressionar os deputados. Um deputado - não vou dizer o nome aqui - disse que no final de semana sofreu com as pessoas cobrando porque ele não tinha assinado a CPI. Chegou num momento que estava pronto para assinar, mas recuou porque na calada da noite foi rearticulado, a partir da Casa Civil, uma proposta de CPI que tenta isolar a participação do Governo do Estado através das suas Secretarias: Duarte Nogueira, na de Logística; Edson Aparecido, na Casa Civil, os dois ex-secretários...

A SRA. RITA PASSOS - PSD - Deputado, V. Exa. permite um aparte?

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Não vou permitir, deputada, porque tenho que passar o tempo para o deputado Alencar.

A SRA. RITA PASSOS - PSD - São só 15 segundos.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Está dado o aparte, deputada. Não vou cometer o mesmo erro do líder do Governo. Por favor.

A SRA. RITA PASSOS - PSD - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Só para falar que essa lista da CPI de V. Exas. nunca chegou a mim. Só isso. Nunca vi essa lista.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Obrigado, deputada Rita Passos. É verdade, pode ser que nenhum deputado do PT tenha ido até Vossa Excelência. É verdade, reconheço isso. Não sei se o líder da minha bancada procurou V. Exa. ou não. Eu, como vice-líder, não a procurei, estou reconhecendo aqui. Mas é verdade, deputada Rita Passos, que, nesta Casa, todos os deputados e todas as deputadas sabiam que tinha um pedido de CPI.

Inclusive o presidente, que, regimentalmente, não precisava assinar, assinou. O presidente Fernando Capez não precisava assinar, e assinou. O Regimento protege o presidente, diz que S. Exa. não precisa assinar, mas, para dar mostras de que queria investigação, S. Exa. assinou e toda a base aliada sabia. Quem quisesse assinar voluntariamente, quem quisesse ver a apuração, era só se colocar à disposição para assinar.

Se V. Exas. lerem os textos do nosso requerimento e do de V. Exas., é verdade e eu vou reconhecer, observarão que o texto de V. Exas. amplia a investigação para as prefeituras, o que eu concordo. Não tenho medo e assino. E assinei. Mas é verdade que o nosso texto é melhor que o de V. Exas. porque crava no Governo, o de V. Exas. tenta protegê-lo e, mais uma vez, deixa isolados os três deputados desta Casa e vai para cima das prefeituras e da cooperativa, a famosa Coaf.

É disso que nós estamos tratando. Essa CPI foi falada na imprensa, em qualquer lugar. Eu provoquei várias vezes, todas as vezes em que assomei à tribuna falei: "Não tenho medo de que V. Exas. subam e digam que são contra a CPI". Se fosse o meu Governo e eu fosse contra, eu subiria e diria que sou contra porque sou do Governo e CPI é para fazer palco para a oposição. Vossas Excelências não tiveram coragem de fazer isso, V. Exas. devem essa explicação para a sociedade paulista.

Vossas Excelências querem uma explicação agora para tentar escapar das mobilizações da merenda, que sensibilizam pais e mães de alunos. Aliás, baixou a truculência no Estado. O governador começou a fazer a desocupação das escolas sem nenhum pedido de reintegração de posse, e a borracha e couro "estão comendo".

Presidente Fernando Capez, eu, até hoje, não acusei Vossa Excelência. Para mim, V. Exa. não é inocente nem culpado, sempre disso isso. Vossa Excelência tem que fazer a sua defesa e os seus aliados têm que fazer a sua defesa.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - As provas da CPI é que farão essa defesa, porque não há nada mais sujo e absurdo que vincular a minha história e o meu nome a esse tipo de ocorrência.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Nunca disse que V. Exa. é culpado ou inocente. Sempre disse que se V. Exa. quisesse tirar esse problema do seu colo, era para conversar com seus amigos da base aliada, porque senão V. Exa. iria ficar isolado. E V. Exa. viu o que aconteceu. Vossa Excelência ficou isolado. Não foi o Governo do Estado que tem a mão dentro das secretarias, não foi a base aliada. Não era o PSDB, era o presidente da Casa, deputado Fernando Capez. Foi isso o que a imprensa sempre disse. A imprensa sempre disse isso.

Se não tiver cuidado, essa CPI, se a opinião pública não acompanhar, se não tiver uma boa cobertura da imprensa - tenho suspeitas sobre essa imprensa paulista, principalmente a liderada pela Rede Globo, que está entre as dez famílias mais ricas do Brasil -, corre o risco de terminar em pizza. Esse é o grande debate.

Eu respeito. Soube levar até a hora que deu, segurei até a hora que deu, mas teve um momento em que não deu para segurar mais. O tema é sensível. Talvez, se fosse a CPI do trensalão, do Metrô, do cartel da Siemens, da máfia dos fiscais, se começar a levantar desde o Governo Covas até agora - um homem que eu sempre respeitei, sempre foi um democrata, reconheço a luta dele -, talvez o povo não desse atenção. Acontece é que o povo paulista pegou nisso, porque é uma questão que atende à família de baixa renda.

É lógico que na hora das eleições os deputados aparecem de quatro em quatro anos, cada um milita na sua área, e pedem o voto de todo mundo. Vários deputados aqui são candidatos a prefeito em suas cidades. Vai estar em cheque o debate da merenda escolar, que não é como disseram, que tinha gente recebendo 30 reais para ficarem acampadas. Não é isso.

O debate da democracia representativa é isso. Desde o Conselho dos Quinhentos, na Grécia Antiga, o debate sobre a democracia é isso. Toda vez que seus representantes não quiserem atender o anseio do povo, o povo vem para cima cobrar seus representantes. Esse é o resultado da democracia. Nossa democracia não é direta, na qual o povo entra no plenário, os deputados apresentam dez projetos e o povo define quais são os prioritários. Não. Esta é uma Casa de debate político, com as várias forças representadas: OAB, igrejas evangélicas, católicas, o setor sucroalcooleiro, os empresários, os trabalhadores, as trabalhadoras, os gays, as mulheres, os negros, a igualdade racial.

Aliás, estou temerário, porque toda pasta social que existia nesses últimos 13 anos e meio, negros, mulheres, LGBT, política de cotas, direitos humanos, foi para baixo da pasta de um ministro que avalio como um dos mais truculentos da história deste País, o ministro da Justiça Alexandre de Moraes, inclusive em suas falas. Ele fala de maneira truculenta.

Estou preocupado com o processo que vamos sofrer e, por isso, chamo a atenção dos deputados e, mais uma vez, desafio a base aliada a vir defender o Projeto nº 123. Espero que não seja só o deputado Campos Machado, a base aliada nº 1 do governador Geraldo Alckmin, por conta de afinidade e amizade.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Ausente.)

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão. Se possível, solicito, também, que V. Exa. desconvoque a segunda sessão, prevista para esta matéria.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputado Cauê, este presidente ouviu, durante toda a primeira sessão, que os deputados querem a CPI, querem a urgência da CPI, estão cobrando como se o presidente não tivesse assinado o requerimento, incitado a colheita das assinaturas e não quisesse a CPI. Este presidente não pode ouvir isso.

Por essa razão, esta Presidência vai convocar uma segunda extra, mudando o objeto, para que seja apreciada a urgência do projeto de resolução.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, isso não é justo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Vocês não querem que vote a urgência?

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Não é justo, pelo amor de Deus, presidente. Desculpe, mas não é assim que se faz.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Podemos suspender os trabalhos por cinco minutos?

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, um esclarecimento. Peço que essa fala não esteja sendo dirigida a mim. Estou cobrando outras...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Estou me dirigindo a tudo que foi falado nesta extra. O presidente está disposto a pautar na segunda extra a urgência da CPI.

Quando digo que quero uma CPI, não digo que quero uma CPI e não quero uma CPI, eu digo que quero porque quero. Estou pautando para uma segunda extra a CPI.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Estamos até agora aqui discutindo essa questão do empréstimo, foi feito o acordo, encerramos a discussão, V. Exa. sabe minha posição, vou levantar, amanhã, questão de ordem relativa à CPI e V. Exa. quer pautar a urgência? Isso não é justo, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Faz quatro meses que estou aguentando meu nome, que levei 30 anos para edificar, em tudo quanto é boca irresponsável e criminosa. Tenho necessidade e urgência dessa CPI.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - O deputado Barba fez uma colocação correta. Não há uma reunião. Vocês são gozados. Ficamos até agora aqui, não pude falar, ajudei-os e vocês querem votar?

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Cauê Macris e suspende a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 20 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 38 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca uma segunda sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término desta sessão, para apreciar a urgência do Projeto de Resolução nº 09, de 2016.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 38 minutos.

* * *

17 DE MAIO DE 2016
14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e CARLOS BEZERRA JR.

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Coloca em discussão requerimento, do deputado Marcos Zerbini, de urgência ao PR 09/16.
2 - CAMPOS MACHADO
Discute o requerimento de urgência ao PR 09/16.
3 - CAMPOS MACHADO
Discute o requerimento de urgência ao PR 09/16.
4 - CARLOS BEZERRA JR.
Assume a Presidência.
5 - FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência.
6 - CAMPOS MACHADO
Discute o requerimento de urgência ao PR 09/16.
7 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PR 09/16.
8 - CAMPOS MACHADO
Solicita verificação de votação.
9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido. Suspende a sessão por três minutos, por conveniência da Ordem, às 21h35min, reabrindo-a às 21h37min. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico, que confirma a deliberação anterior. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições que independem de parecer, mas dependem de deliberação do plenário.

Item 1 - Discussão e votação - Requerimento de autoria do deputado Marcos Zerbini e outros. Propõe seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de resolução nº 9, de 2016, de autoria do deputado Estevam Galvão e outros. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por Cooperativas de Agricultura Familiar com o Governo do Estado e Municípios Paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicialmente quero esclarecer a este plenário que sou francamente favorável à apuração de todos os fatos que dizem respeito à máfia da merenda. Como é que provo isso? Na última sexta-feira, protocolei... Sr. Presidente? Sr. Presidente? Quero que meu tempo seja interrompido, pois o presidente está conversando com o deputado Carlos Giannazi em vez de presidir a sessão, como seria o correto. Não é possível. Será que há essa maquinação toda aqui?

Como eu dizia, sexta-feira protocolei um requerimento junto ao procurador-geral da República e outro, junto ao presidente do Tribunal de Justiça, requerendo agilidade nas investigações. Por que fiz isso? A polícia tem escrivães, investigadores, delegados, agentes policiais, carcereiros, papiloscopistas. Tem toda a estrutura para investigar um fato. Pode grampear telefones. O Ministério Público possui todos os instrumentos necessários para averiguar qualquer fato. Podem escutar uma pessoa a 500 metros. Há 20 promotores públicos apurando esses fatos, além do Judiciário.

Com tudo isso, sabendo que o resultado da CPI vai desaguar no próprio Ministério Público, o que faço eu? Concordo com essa ação política partidária eleitoral? Quem é? Como é que nós vamos ter condição de apurar os fatos com nove deputados, sem nenhum secretário, sem nenhum assessor ou auxiliar na comissão?

Há um delegado de polícia nesta Casa. Há um coronel. Sabem o que eu estou dizendo. É um delegado que chefiou delegacias importantes. Digam para mim quem é que tem condições de fazer uma investigação. Ninguém, a não ser o Ministério Público, o Judiciário e a polícia.

Mas, aí, surgiu o primeiro requerimento de CPI, bancado pela bancada da chamada "oposição". Em decorrência disso, houve não ocupação, mas invasão, no começo do mês, destruindo a dignidade da Casa - e alguns invasores dançaram balé na mesa do presidente. Nós fizemos o quê? Aceitamos pacificamente.

Aí, surge outra CPI, agora já assinada por deputados que eram contrários, deputados que não queriam falar em CPI, porque sabiam que era demagógica. Pressionados, resolveram assinar - e assinaram 91 deputados. O que mudou? A concepção? O conceito? Por que recuaram? Qual é a motivação do recuo de deputados que eram contrários? Que ventos são esses, que jogaram a nossa coragem fora? Digam, Srs. Deputados.

Nós estamos votando a CPI sob pressão, com medo, envergonhados, desmoralizados. Eu não posso mudar a minha opinião de 20 anos nesta Casa, só porque, de repente, os ventos penetraram pelos quatro cantos deste plenário e mudaram as opiniões dos deputados.

Será que nós temos que suportar a grande vergonha que tivemos aqui, como dizia a deputada Rita Passos, em uma oportunidade: "Deputado Campos Machado, eu não sei onde enfiar a minha cara." Hoje, nós estamos aqui: 91 assinaturas, sendo que quase 70 brotaram do céu, como se fossem chuvas.

De repente, surgiram apoiadores da CPI. Por que não apoiaram o primeiro requerimento? Como é que nós vamos poder justificar a nossa vergonha? Como é que vão poder justificar que assinaram depois do pedido? Se isso não for guerra política, me digam: o que é guerra política?

A oposição apresentou, logo no começo do mês de fevereiro, o pedido de CPI. Eu, na minha linha, fui contrário - e os deputados eram contrários. Repentinamente, em um passe de mágica, como nuvens de verão, surgiram os defensores da CPI.

Aí, vou levantar Questão de Ordem amanhã. O presidente não podia ter assinado a CPI. Então, eu indago: se S. Exa. não podia ter assinado a CPI segundo o Regimento, a CPI é nula? Tem nulidade insanável? Não tem? Quem está afirmando que não tem? Eu não estou dizendo que tem nem que não tem. Vai ter que responder à Questão de Ordem. Desculpem-me, mesmo um leigo sabe que uma peça com uma assinatura que não é delegado de polícia no inquérito não pode prosperar. Evidentemente que o presidente totalmente inocente de todas essas insinuações, vítima de maquinações e orquestrações quer e precisa aprovar a CPI com urgência.

Mas deputado Pedro Tobias, a indagação é jurídica, ele não podia ter assinado a CPI.

Sr. Presidente, se uma peça tem uma nulidade, se o inquérito policial não é assinado por um escrivão, por um delegado, se um laudo pericial assinado por um perito, "Campos Machado está exagerando", eu não estou exagerando, eu vou levantar a Questão de Ordem. Quem tem que responder não sou eu, mas a Presidência.

A meu modo essa nova CPI está eivada de nulidades, principalmente da assinatura do presidente que não podia trocar. Ele retira. Ele pode retirar, mas a nulidade está constatada. Daí a revoada de deputados que assinaram depois de protocolado o requerimento. Aonde foi? Na sala do presidente? Na Secretaria, na copa, na cozinha, no café, no barbeiro? Aonde assinaram? Aonde é que estavam os deputados que vieram assinar o documento depois? "Ah, mas pode antes da publicação." Aí há outra questão grave. E a tal da ordem cronológica? Tem um pedido de CPI para ser a sexta, do Detran. Então eu indago: - anterior a essa aí - qual vai ser a explicação da Presidência em não pautar primeiro o requerimento da CPI do Detran para só depois, então, pautar a CPI da Merenda? "Ah, o apelo popular." Que apelo popular? E mais do que isso, Sr. Presidente, não foi objeto. Participei até agora do acordo que resultou o encerramento da questão. Provocado pelo deputado Alencar Santana Braga, e pelo meu grande amigo que respeito muito, deputado Teonilio Barba, eu tive que me quedar, porque havia o interesse do governo em tentar encerrar a discussão. Mas não. Repentinamente vem V. Exa. e pauta. O que faço eu? Escondo-me? Vou embora? Mudo de lado? Mudo de opinião? Vergo-me?

Eu dizia o seguinte: prefiro perder do lado certo, de que ganhar do lado errado. O meu entendimento é o seguinte: havendo apurações por parte da polícia, do Ministério Público e do Judiciário, é uma brincadeira de mau gosto a aprovação dessa CPI, que só serve para instrumentação política partidária eleitoral. Já tem insinuações de que o Dr. Geraldo Alckmin tem alguma coisa a ver. O que é isso?

Desculpe-me, deputado Teonilio Barba, V. Exa. sabe muito bem que eu sou mesmo amigo do governador Geraldo Alckmin e o defendo em todas as circunstâncias, mas falar que ele tem alguma coisa com isso?

Eu entrei hoje com ofício no Ministério Público. Quero saber quais são as 22 prefeituras, porque nós temos que também verificar as investigações. Será que essa CPI vai ter condição de investigar cidades, prefeituras? Ou eu estou ficando louco, ou alguém está louco nesta Casa? Não é possível! É muita pretensão. Aí dizem alguns: "O presidente...". O presidente, ninguém defende mais o presidente do que eu. Injustiçado, injuriado, caluniado, mentiras uma atrás da outra.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Quero pedir licença para concordar com Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Ele foi, logo no começo de fevereiro, levar um pedido ao Ministério Público para o procurador-geral para que investigasse os fatos. Ele foi ao Judiciário e pediu a mesma coisa.

Se eu quero defender realmente o presidente, não posso expô-lo em uma CPI sem fundamento e apenas de ordem política. Vamos convocar as pessoas para fazer o quê? Será que o Ministério Público já não ouviu o tal de Moita? Será que nossa Polícia, a melhor Polícia Civil do mundo, não investigou tudo? O que eles não têm é prova contra o deputado Fernando Capez, a tal ponto que as investigações no Judiciário não estão caminhando.

O que é que a CPI vai fazer? Um jogo político espúrio. Serei bem sincero, presidente Fernando Capez, eu não gostaria de ter amigos com esse porte. "Vamos ajudar o Fernando Capez e fazer uma CPI para lotar a galeria, para discutir, pra colocarem faixas".

Quem tem que apurar é o Ministério Público. O que querem é transformar a CPI em um grande circo, com atores e canastrões. Há muito canastrão por aí que nunca foi ator, mas vai ter um momento de glória. Que estrutura terá a CPI? Quantas pessoas vão ajudar a CPI? Quantos funcionários haverá na CPI? Nenhum, mas vão levar esse espetáculo até o fim.

O deputado Fernando Capez está sendo linchado moralmente, e a CPI não vai ajudá-lo em nada, pelo contrário. Eu jamais participaria de uma CPI se tivesse que discutir a honestidade comprovada de um homem, a honradez demonstrada pela história desse homem e o caráter que ele construiu em 50 anos de vida. Nunca, nunca.

Não posso ter amigos e companheiros que assinaram a CPI sem ter uma motivação. É por isso, Sr. Presidente, que estou aqui. Estamos brincando com reputações, mas não podemos brincar com coisa séria. E então me surge a seguinte pergunta: qual a diferença entre a primeira CPI e a segunda CPI?

Sr. Presidente, atrevo-me a dizer que estamos entrando em um caminho tortuoso. Invoco novamente o deputado Delegado Olim: "Sabe-se como começa um inquérito policial, mas não se sabe como termina". Sabe-se como começa uma CPI, mas, embora com fato determinado, nunca se sabe como termina. Seguramente teremos interesses políticos inconfessáveis, ao contrário da Polícia, do Ministério Público, da Justiça.

O que justificou a invasão daqueles estudantes, dos quais metade eram mesmo estudantes, e a outra metade recebia diárias? O que justificou aquela invasão? O que queriam eles? Será que somos tão fracos a ponto de ceder à pressão de 70 pessoas? Será que somos covardes a ponto de renegar a nossa história?

Sr. Presidente, gostaria de solicitar ao meu amigo deputado Roque Barbiere que me ceda seu tempo, para que eu possa me aprofundar em outras questões ainda. Qual o problema, Sr. Presidente? Será que até isso me é cerceado aqui nesta Casa?

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Sr. Presidente, cedo o meu tempo ao meu líder, Campos Machado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado, por mais 15 minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - É difícil, é muito difícil. À tarde eu mencionava, deputado Barros Munhoz, Martin Luther King, que dizia: o que me preocupa não é o grito dos intolerantes, é o silêncio dos bons.

Quando os bons silenciam, como acontece nesta Casa, eu não me preocupo com as gritarias, com as ofensas das pessoas, não. Eu me preocupo porque os bons silenciaram. Os bons recuaram, os bons ajoelharam, e os bons contrariaram as suas histórias.

Não é possível que os ventos da mudança sejam tão fortes, ao ponto de alterar posições tão radicais, que eram contrárias à CPI. Repentinamente, todos assinaram a CPI, exceção de V. Exa., deputado Paulo Correa Jr. Os outros, todos contrários, voltaram atrás e assinaram.

Eu teria que perguntar: quem mudou? Não posso admitir. Mais do que isso, há deputados transformando esses fatos numa guerra. Ouço na Rádio Estadão: vamos atropelar o Campos Machado. Espere um pouco! Atropelar por quê? Só porque estou defendendo um ponto de vista, uma tese que para mim é correta? Não, temos que atropelar Campos Machado de qualquer jeito. Qual é a vantagem? Qual é a glória? O que é isso, Sr. Presidente? É impossível, eu não consigo admitir, deputado Barba.

E agora entro num terreno de que V. Exa. tanto fala. Vou defender agora, sim, o governador Geraldo Alckmin. Será que o governador Geraldo Alckmin teria alguma coisa a ver com essa coisa tão pequena? Um homem honesto, direito, correto, religioso, de família, de história, humilde, pobre. Quem conhece, quem já foi à casa do Geraldo Alckmin sabe do que estou dizendo.

A mesma casa, medidas as proporções com o deputado João Paulo Rillo. Eu fui visitar o deputado João Paulo Rillo, para conhecer o seu filho, em São José do Rio Preto, há menos de um mês. Mora num conjunto habitacional em Rio Preto. A cozinha se confunde com a sala, e a sala se confunde com o quarto. E lá eu conheci o filho dele, o Iago, nascido há quatro meses. Essa é a casa em que mora o João Paulo Rillo. Fui lá. Fui fazer o encontro do PTB e fui à casa dele visitar o filho, que tinha nascido.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Bezerra Jr.

* * *